



Ações de Educação Ambiental no contexto da Educação Profissional: implantação de uma comissão de meio ambiente e qualidade de vida (COM-VIDA) no CETEP sisal

Jackeline Lisboa Araújo Santos^{1*}, Silvanei Leandro Carneiro²

¹Mestra em Engenharia Civil e ambiental, Professora do Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal. (*Autor correspondente: jackeline.santos@enova.educacao.ba.gov.br)

²Especialista em Inovação Social. Servidor do Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal

Histórico do Artigo: Submetido em: 11/05/2020 – Revisado em: 17/06/2020 – Aceito em: 02/07/2020

RESUMO

Na busca por soluções que apontem para uma transformação socioambiental no cenário atual, a educação é o pilar mais forte para mudanças. As escolas podem ser referências de um modelo de práticas sustentáveis, proporcionando que diferentes pessoas atentem para as questões ambientais e compartilhem conhecimentos e experiências na base do diálogo e da interação. Desta forma, este trabalho teve como objetivo analisar as possibilidades e limites de formação, com o envolvimento da comunidade escolar, de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) no Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal. A intervenção foi organizada em etapas. Num primeiro momento foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico. Em seguida realizou-se um encontro com coordenadores pedagógicos e gestores da instituição para apresentação dos resultados encontrados. Após esta etapa foi realizada uma reunião com os membros do colegiado escolar para apresentação da proposta de formação da Comissão. Foi proposta e aprovada pela equipe gestora e pedagógica a revisão do PPP para a inserção da temática da sustentabilidade em seu marco teórico. Após a discussão com os representantes do colegiado sobre as possibilidades e obstáculos para a implantação da COM-VIDA concluiu-se a plenária com a definição de que a comunidade escolar junto com a comunidade externa iriam se unir na busca de soluções para os obstáculos apontados e que iriam ser encaminhados os passos para a implantação da Comissão. Todo o processo de formação da COM-VIDA se baseará nos princípios dialógicos da educação ambiental.

Palavras-Chaves: Educação Profissional, Educação Ambiental, Sustentabilidade.

Environmental Education actions in the context of Professional Education: implementation of a commission on the environment and quality of life (COM-VIDA) in CETEP sisal

ABSTRACT

In the search for solutions that point to a socio-environmental transformation in the current scenario, education is the strongest pillar for change. Schools can be references to a model of sustainable practices, allowing different people to focus on environmental issues and share knowledge and experiences on the basis of dialogue and interaction. Thus, this work aimed to analyze the possibilities and limits of training, with the involvement of the school community, of a Commission for the Environment and Quality of Life (COM-VIDA) in the Territorial Center for Professional Education of SISAL. The intervention was organized in stages. At first, an analysis of the Pedagogical Political Project was carried out. A meeting was then held with pedagogical coordinators and managers of the institution to present the results found. After this stage, a meeting was held with the members of the school collegiate to present the proposal for the formation of the Commission. The review of the PPP for the inclusion of the theme of sustainability in its theoretical framework was proposed and approved by the management and pedagogical team. After the discussion with the representatives of the collegiate on the possibilities and obstacles for the implementation of COM-VIDA concluded the plenary with the definition that the school community together with the external community would unite in the search for solutions to the obstacles pointed out and that the steps would be directed to the establishment of the Commission. The entire COM-VIDA training process will be based on the dialogical principles of environmental education.

Keywords: Professional Education, Environmental Education, Sustainability.

Santos, J.L.A., Carneiro, S.L., (2020). Ações de Educação Ambiental no contexto da Educação Profissional: implantação de uma comissão de meio ambiente e qualidade de vida (COM-VIDA) no CETEP sisal. **Educação Ambiental (Brasil)**, v.1, n.2, p.12-22.



1. Introdução

Na rotina de uma instituição escolar deparamo-nos com situações que envolvem questões ambientais amplamente disseminadas e discutidas em salas de aula, na mídia televisiva e escrita e em livros. Muitas dessas questões são do conhecimento da grande maioria, mas, percebe-se que ainda há um distanciamento entre o conhecimento teórico destas questões e a convivência efetiva com elas. A comunidade escolar não se detém numa discussão mais profunda e, frequentemente, não se envolve na busca por soluções que prezem pela sustentabilidade ambiental e bem estar dos sujeitos.

É urgente o desenvolvimento do senso de coletividade, na busca de soluções que promovam uma verdadeira transformação socioambiental, sendo que a educação é o pilar para este processo de mudança. Assim, torna-se cada vez mais imprescindível que as escolas sejam espaços sustentáveis, referência para outros setores da sociedade.

1.1 Educação Ambiental e espaço educador sustentável

A Educação Ambiental (EA), por envolver em sua teia de relações questões da essência humana, sua cultura, seus anseios e suas relações com o meio ambiente, carrega uma forte complexidade de ações e uma ampla conceituação definida por diversos autores. De acordo com Dias (1994), a evolução dos conceitos de EA tem sido vinculada ao conceito de meio ambiente e ao modo com este é percebido. Não se poderia tratar a questão ambiental apenas sob seus aspectos puramente ecológicos, sem situá-la no modelo de desenvolvimento e nos seus aspectos social e cultural.

A Educação Ambiental pode ser definida como uma ação crítica capaz de intervir no processo de transformações socioambientais em prol da superação da crise ambiental da atualidade (Guimarães, 2006). Entende-se que a EA permeia o universo da educação com suas bases epistemológicas apoiadas numa pedagogia dialógica e autônoma que busca responder à questão ambiental, tão fortemente discutida diante do modelo de desenvolvimento capitalista.

O despontar da Educação Ambiental se dá a partir do surgimento da sociedade industrial e globalizada, quando a convivência entre o cultural e o natural encontra a crise. Uma crise que, mais do que ecológica ou material, é uma crise de valores, de estilo de pensamento, de imaginários sociais, de pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. A simplificação das análises concentradas na racionalidade ocidental não consegue dar conta da complexidade do mundo (Jacobi; Tristão; Franco, 2009).

A relação entre a degradação ambiental e atitudes sociais vai se intensificando e tornando-se foco de debates e estudos. Os primeiros passos da Educação Ambiental são dados em 1962, com o lançamento do livro “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson. *“Este livro reunia uma série de narrativas sobre as desgraças ambientais que estavam ocorrendo em várias partes do mundo, promovidas pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado e alertava a comunidade internacional para o problema”* (Dias, 1994, p. 13).

O Brasil, refletindo todas essas aspirações que movimentavam o mundo, como país em desenvolvimento e com extensa área territorial, passou a fazer parte dos debates envolvendo a questão ambiental. Do início dos anos 70 do século XX até o final da década de 80, foram criadas as primeiras entidades ambientalistas ou ecologistas no Brasil. No âmbito do governo federal, a primeira estrutura criada na área foi a Secretaria Especial de Meio Ambiente, em 1973, como resposta dos militares governantes às fortes críticas que o País recebeu após as declarações de seu representante na Conferência de Estocolmo (Sorrentino, 2005). A preocupação ambiental começa a crescer no Brasil, configurando-se em forma de políticas públicas e leis.

Entre 3 e 11 de junho de 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), reunindo delegações oficiais de 178 países em diferentes encontros. Desse evento, nasceram três documentos que hoje estão entre as principais referências para quem quer praticar Educação Ambiental: Agenda 21; Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade

Global e a Carta Brasileira para a Educação Ambiental (BRASIL, 1998). Essa Conferência marcou uma nova era para a Educação Ambiental, representando a força necessária para romper obstáculos.

Somente em julho de 2003 foi implantado o Órgão Gestor da Educação Ambiental no País, aproximando os setores de EA do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. Em 2003 e 2005 foram realizadas as duas primeiras Conferências Nacionais de Meio Ambiente (numa versão para adultos e outra infante-juvenil), inaugurando um processo de participação da sociedade que tende a ter nelas a instância maior do Sistema (Sorrentino, 2005).

A Educação Ambiental passa a consolidar-se cada vez mais no país. Ganha caráter estatal com a formulação de documentos, decretos e leis, assim como passa a ser mais perceptível para a sociedade, fazendo parte de organizações civis e de instituições de ensino. Tanto em nível nacional quanto internacional, outros movimentos vão tomando forma e se configurando enquanto mecanismos de transformação ou sensibilização, como foi o caso da Conferência Internacional Rio + 20, que ocorreu no ano 2012 e contou com a presença de representantes de diversos países.

Sabe-se que o campo da Educação Ambiental precisa avançar em muitos sentidos, e esforços de pesquisadores e pensadores da área já estão sendo realizados no sentido de buscar disseminar essa temática e suas diferentes vertentes. Esses empenhos são necessários, pois, a EA exige um debate sobre suas bases de sustentação, com aberturas epistemológicas que confirmam seu alto poder de diversidade e interfaces que a sua própria natureza requer (Sato, 2001).

A natureza não está dissociada da história da humanidade nem tampouco das manifestações culturais que a cerca. As ações do homem durante toda a história da humanidade estiveram diretamente ligadas à natureza. O homem é em sua essência um ser natural, desenvolveu a agricultura, a domesticação de animais, e gerenciou os serviços ecossistêmicos a seu favor. Hoje, por mais que enxerguemos um ser humano cercado por uma sociedade industrializada, em grandes centros urbanos, ainda conseguimos visualizar a sua dependência em relação ao ambiente natural.

A humanidade evoluiu apropriando-se da natureza, de forma crescente, organizando-se em sociedade, criando aglomerados. Esse sistema de sobrevivência gerou mudanças significativas no padrão de comportamento do ser humano. Essa mudança de comportamento, aliada a profundas mudanças de pensamento e formas de enxergar o mundo, foi modificando cada vez mais a relação homem-natureza.

Vive-se uma crise socioambiental. Num modelo de sociedade onde os bens e capitais são prioridades absolutas o fator humano fica renunciado, as injustiças sociais se avolumam, a crise passa a ser de múltiplas dimensões. Para que haja mudanças reais é necessária a implantação de um modelo de desenvolvimento capaz de suprir as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras, um modelo que deve conciliar a economia com a conservação ambiental, visando um equilíbrio harmônico.

É dessa perspectiva mais social que surge o conceito de sociedade sustentável. O conceito de sociedade sustentável implica uma mudança de paradigmas, investe numa nova relação do ser humano com ele mesmo, entre os seres humanos, entre sociedade e natureza. Enxerga que a mudança está no campo social. Neste direcionamento, as escolas são importantes incubadoras para a criação de sociedades sustentáveis. A escola deve ser o local por excelência destinado à aprendizagem. Trata-se de um espaço em que as bases da cultura da sustentabilidade podem ser delineadas. Afinal, ela constitui peça-chave nessa necessária reorientação paradigmática (BRASIL, 2011).

A escola é ambiente para troca de experiências, aprendizagem e circulação dos saberes. Portanto, a escola é o espaço ideal para mudanças. Ela deve ser um espaço sustentável, servindo de exemplo, ou espelho, para que outros espaços e a sociedade como um todo sejam sustentáveis. Uma escola sustentável, assim, é aquela que transforma seus hábitos e sua lógica de funcionamento, reduz seu impacto ambiental e se torna referência de vida sustentável para sua comunidade, ampliando seu escopo de ação para além das salas de aulas. (BRASIL, 2011).

Na escola sustentável, o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social. As edificações integram-se com a paisagem natural e o patrimônio cultural local, incorporando tecnologias e materiais adaptados às características de cada região e de cada bioma. Isso resulta em maior conforto térmico e acústico, eficiência energética, uso racional da água, diminuição e destinação adequada de resíduos e acessibilidade facilitada (BRASIL, 2012, p. 12).

A educação contribui para formar uma coletividade consciente de seu papel ativo na sociedade, por isso pode-se ver claramente que o caminho para mudanças reside nos espaços de educação, independente de instâncias e modalidades.

A Educação Ambiental, com seus princípios de mobilização, participação e controle social, pode provocar mudanças significativas. Diante do exposto, a formação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida dentro da escola proporciona que diferentes pessoas atentem para as questões ambientais e compartilhem conhecimentos e experiências na base do diálogo e da interação.

1.2 Educação Profissional integrada à Educação Ambiental

O atual e acelerado progresso científico e tecnológico e o papel do ser humano inserido nesta dinâmica mundial fizeram surgir novas discussões e orientações sobre o papel da educação na sociedade. O ressurgimento da Educação Profissional e seu fortalecimento passaram a fazer parte de novas propostas educacionais.

Inicialmente, a Educação Profissional foi organizada por áreas profissionais, indicando que o princípio organizacional se referenciava na diversidade das atividades econômicas. No entanto, esta organização foi sendo descontextualizada e passou-se a pensar numa compreensão mais abrangente de como se pode entender a organização da educação profissional e tecnológica, a partir da estruturação por eixos tecnológicos.

O eixo incorpora a lógica do conhecimento e inovação tecnológica, constituindo-se como um vetor que alcança – a partir dele – um conjunto mais ou menos homogêneo de processos tecnológicos. Favorece a prática da interdisciplinaridade, aponta para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos e experiências, que favoreça a construção do pensamento tecnológico e a capacidade de intervir em situações concretas (Machado, 2010).

A formação do profissional para atuar no mundo do trabalho atual, com sua valorização de competências e com mudanças tecnológicas efervescentes, não deve ser descontextualizada do social. O educando precisa ter uma visão crítica do mundo e das estruturas que fundamentam o trabalho. Neste sentido, a Educação Ambiental se apresenta como importante ferramenta também para esta modalidade de educação.

A EA concentra-se na análise das dinâmicas sociais que se encontram na base das realidades e problemáticas ambientais, análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e ações de diferentes protagonistas de uma situação. Uma postura crítica, com um componente necessariamente político, aponta para a transformação de realidades. É importante a integração da EA à Educação Profissional para que as propostas pedagógicas estejam centradas na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes, para que se faça uma educação reflexiva e libertadora.

A formação integral do sujeito e o trabalho como princípio educativo são fatores relevantes. A perspectiva histórico-crítica constitui-se numa base teórica que melhor contempla os pressupostos da educação profissional. Saviani (1991) afirma que é preciso resgatar, na educação, a função especificamente educativa e pedagógica, ligada ao conhecimento e ao saber sistematizado. O saber sistematizado e historicamente construído se constitui como elemento necessário ao desenvolvimento cultural e, portanto, ao desenvolvimento humano em geral.

Não seria emancipatória a inserção, em uma instituição de ensino pública, de parâmetros de uma educação sustentada pela ordem econômica hegemônica no contexto mundial. Esta se configura como um mecanismo de perpetuação e reprodução do sistema capitalista e é, conseqüentemente, uma educação para a alienação, a serviço da ordem do capital, tornando-se, de acordo com esta análise, um instrumento para

fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário ao sistema mercantil, além de gerar e transmitir os valores que o legitimam (Penteado; Guzzo, 2010).

A Educação Profissional, que tem como princípio a intervenção social, necessita de um espaço de conversação entre as disciplinas. A educação deve fomentar a autonomia intelectual e moral, em que o aluno tenha acesso ao conhecimento socialmente existente, sabendo se posicionar diante dele. A intervenção social possibilita que o estudante se torne um cidadão pleno, sujeito de direito, capaz de intervir no mundo do trabalho e na sociedade.

Esta pesquisa pretendeu, portanto, contribuir para a formação do discente na vida acadêmica e profissional, para a formação do cidadão crítico-reflexivo e para estimular que a escola compreenda os ideais de sustentabilidade e a importância deles para a transformação da sociedade e para a superação da crise socioambiental. Espera-se que, a partir das ações articuladas por uma Comissão de Meio Ambiente, o CETEP Sisal se torne um espaço educador sustentável, referência para outros espaços de coletividade.

2. Material e Métodos

O campo de atuação deste estudo de intervenção foi o Centro Territorial de Educação Profissional do Sisal, situado no município de Serrinha. Esta escola atende o público estudantil desta cidade e de cidades circunvizinhas como Araci, Teofilândia, Biritinga, Ichu, Conceição do Coité, Lamarão e Santa Bárbara, tendo um amplo alcance na região. Serrinha é sede do Núcleo Territorial de Educação nº04 (NTE04), e está localizada na Mesorregião do Nordeste Baiano (Franco, 1996).

Este projeto de intervenção teve suas ações baseadas em uma abordagem qualitativa, pois esta tem grande valor quando o objeto de estudo não pode ser quantificado, daí a importância deste método para uma pesquisa com seres humanos, onde suas opiniões pessoais serão avaliadas. A abordagem qualitativa possui a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada situação, permitindo compreender processos dinâmicos experimentados por grupos sociais (Oliveira, 1997).

Organizou-se a intervenção em etapas. Num primeiro momento foi realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico. A análise deste documento teve como objetivo a verificação da ocorrência da temática da sustentabilidade e foi guiada pelas referências do MEC para uma escola sustentável. Foi realizada uma análise de conteúdo. “Enquanto procedimento, esta análise tenta ultrapassar o alcance meramente descritivo do conteúdo manifesto da mensagem, para atingir, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda” (Minayo, 2004). Na análise de conteúdo o texto é tomado de significância e tem um valor imprescindível para atribuir sentido.

Após esta análise realizou-se um encontro com coordenadores pedagógicos e gestores da instituição para apresentação dos resultados encontrados no PPP e discussão da importância da inserção dos princípios da Educação ambiental na matriz curricular. Após esta etapa formulou-se uma proposta de formação da COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida) no CETEP-Sisal. Num segundo momento foi realizada uma reunião com os membros do colegiado escolar e suas instâncias de representação e representantes da associação de moradores da comunidade do entorno. Nesta reunião apresentou-se a proposta de formação da COM-VIDA. Essa reunião seguiu as técnicas de um grupo focal.

De acordo com Santana e Nascimento (2010), essa é uma das técnicas utilizada para a captação de informações sobre determinado acontecimento vivenciado ou conhecido por um grupo de pessoas que discutem livremente sobre o assunto, onde as sessões não devem se prolongar muito, sendo o número delas definido pela necessidade sentida. Como havia dificuldade em conciliar um melhor horário para todos os participantes organizou-se apenas um encontro de grupo focal, mas que contemplasse a proposta do trabalho.

Neste espaço de diálogo discutiu-se a importância da escola como um espaço sustentável para toda a comunidade escolar e comunidade externa. Foi apresentado o diagnóstico obtido na etapa anterior, com a análise dos documentos e discussão com gestores. Esta reunião foi guiada por uma pauta previamente

estruturada, contendo os pontos relevantes a serem destacados. Foram apresentados os documentos e percursos necessários para a implantação da comissão.

Os sujeitos da pesquisa foram devidamente informados do caráter da reunião e tiveram livre-arbítrio na decisão quanto à participação (autonomia). A livre vontade de participar, disponibilidade de tempo, juntamente com a condição de pertencer à comunidade escolar e comunidade externa foram fatores levados em conta na inclusão dos sujeitos.

3. Resultados e Discussão

O Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (Heidemann et al, 2010). O projeto se constitui como um documento teórico-prático elaborado coletivamente pelos sujeitos da escola, o qual define os valores e princípios norteadores das ações educativas e sinaliza os indicadores de uma boa formação, qualificando as funções sociais e históricas que são de responsabilidade da escola.

O PPP do CETEP-Sisal é um documento recente, que ainda se encontra em fase de conclusão. A escola funcionava como uma instituição de educação básica até o ano de 2008. A partir da implementação da educação profissional, em 2009, foram feitas diversas modificações. A Educação Profissional tem peculiaridades que precisam estar demarcadas no projeto que guiará as ações pedagógicas. Somente a partir de 2015 é que foi pensado e elaborado este projeto. De acordo com as diretrizes da EP a intervenção social é o princípio norteador dessa modalidade de ensino. Com a intervenção social dá-se ênfase na produção de tecnologias sociais. Como delineado na apresentação do PPP:

No entanto, mais do que se adequar à diretrizes legais, a provocação maior é o fomentar “novos modelos educacionais”, principalmente no que direciona aos aspectos metodológicos, com a implantação de tecnologias sociais para melhoria de qualidade de vida para si e para sua comunidade a qual está inserido, participando e interferindo nas relações político-sociais.

A abordagem de ensino por meio de tecnologias sociais instiga o protagonismo juvenil para a solução de problemas socioambientais.

Após análise do marco teórico do documento pode-se perceber que a formação integral do sujeito e o trabalho como princípio educativo são fatores destacados como relevantes. Tem-se como base teórica a perspectiva histórico-crítica, destacada na seguinte citação:

A perspectiva histórico-crítica é a base teórica que melhor contempla os pressupostos da educação profissional. Saviani (1991) afirma que é preciso resgatar na educação, a função especificamente educativa e pedagógica, ligada ao conhecimento e ao saber sistematizado. O saber sistematizado e historicamente construído se constitui como elemento necessário ao desenvolvimento cultural e, portanto, ao desenvolvimento humano em geral.

A valorização do conhecimento acumulado pela sociedade é um ponto importante a ser inserido como aspecto pedagógico numa instituição de ensino, mas precisa vir acompanhada de uma prática dialógica contextualizada, onde se trabalhe temáticas importantes, que fomentem o exercício da cidadania ativa.

Num modelo de sociedade onde os bens e capitais são prioridades absolutas o fator humano fica renunciado, as injustiças sociais se avolumam, a crise passa a ser de múltiplas dimensões. É preciso repensar as bases do desenvolvimento atual, é urgente uma mudança. É dessa perspectiva que surge o conceito de sociedade sustentável. Um modelo de sociedade sustentável implica numa mudança de paradigmas, investe numa nova relação do ser humano com ele mesmo, entre os seres humanos, entre sociedade e natureza. Enxerga a mudança por onde ele deve começar, pelo social.

Neste direcionamento, as escolas são importantes incubadoras para a criação de sociedades sustentáveis. É necessária a inserção desta temática no marco teórico do PPP do CETEP-Sisal. As discussões acerca dos problemas socioambientais e a busca de soluções por meio dos princípios da sustentabilidade devem estar presentes na prática pedagógica da instituição. O caminho para esta inclusão é a Educação Ambiental.

Toda ação, para ser transformadora, necessita de um engajamento social, da participação dos sujeitos envolvidos no processo. A educação ambiental passa por este viés e, através dela, ocorre o empoderamento dos atores para que sejam ativos na busca por transformações. Como salientado no PRONEA, “*a prática da educação ambiental deve ir além da disponibilização de informações*” (BRASIL, 2005, p. 34).

A proposta de inserção da temática da sustentabilidade no documento guia da Instituição se baseia da seguinte lacuna presente em seu texto:

A permanente revisão é tópico do processo construtivo, permitirá a inserção de novas ideias, para que esta Instituição caminhe em busca de seus propósitos.

Justifica-se pela ausência da EA e sua importante relevância para se firmar uma prática pedagógica contextualizada e libertadora. Segundo Ciavatta (2005), quando falamos em formação integrada fazemos apelo ao sentido profundo da humanização de todo ser humano. Portanto, mesmo num contexto de educação profissional, estamos formando cidadãos e não podemos permitir que a economia supere a humanização.

Um espaço educador é aquele que concretiza situações de ensino-aprendizagem intencionalmente, ou seja, espaços que assumem a responsabilidade de educar. Para alcançar esse objetivo, os espaços educadores dialogam com a realidade dos aprendentes e se constituem em referências de seus valores para a comunidade. (BRASIL, 2011). Como centro que abrange um território, é importante que o CETEP-Sisal se constitua enquanto referência de sustentabilidade.

Após análise do Projeto Político Pedagógico foi realizada uma reunião com gestores e coordenadores pedagógicos para apresentação dos resultados e discussão das questões socioambientais presentes no centro e o aspecto pedagógico envolvido. Nessa reunião os presentes relataram que, devido a dinâmica do calendário estadual, com prazos curtos e muitas atividades, foram sendo esquecidos os trabalhos com projetos voltados à temática socioambiental. Devido a algumas reduções no quadro de funcionários e conseqüente sobrecarga de trabalho havia se instaurado uma desmotivação em relação ao trabalho pedagógico.

Com o diálogo sobre a importância da escola enquanto espaço formador e como referência para toda a comunidade escolar foram sendo ressaltados os aspectos positivos de tornar a escola um espaço educador sustentável. Desta forma, todos acordaram que eram necessárias algumas ações como: revisão do PPP, projetos de intervenção e formação da COM-VIDA. Os encaminhamentos da reunião foram registrados em ata.

As ações desenvolvidas no Centro devem ter a sustentabilidade como intencionalidade pedagógica. Visando manter uma relação equilibrada com o meio ambiente e prezar pela qualidade de vida foi proposta em reunião com o colegiado escolar a formação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida. Esta reunião foi guiada por uma pauta e teve como objetivo discutir e encaminhar as possibilidades e limites envolvidos na implantação da COM-VIDA.

No início da reunião foi apresentado para os participantes os fundamentos da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), de acordo com o manual “Formando a COM-VIDA” do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. Neste documento a COM-VIDA é definida como uma nova forma de organização na escola cujo objetivo é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade (BRASIL, 2004).

Para a grande maioria dos participantes a temática da reunião era novidade. Todos gostaram da proposta apresentada e a discussão foi muito proveitosa. Discutiui-se a importância da implantação desta Comissão para que a escola se torne um espaço educador sustentável. Escola Sustentável é aquela que transforma seus hábitos e sua lógica de funcionamento, ampliando seu escopo de ação para além da sala de aula, reduz seu impacto

ambiental e se torna referência de vida sustentável para a comunidade local (BRASIL, 2011).

Num segundo momento foram apresentados para o colegiado escolar os resultados da análise do PPP e discutida a importância deste documento para a efetivação de ações bem direcionadas pedagogicamente dentro da instituição. Todos concordaram com o encaminhamento da reunião, que contou com a presença de gestores e coordenadores, sobre a revisão do texto teórico do PPP para inserção da temática da sustentabilidade e seu entrelaçamento na matriz por meio da Educação Ambiental.

Deu-se seguimento à reunião com abertura de uma plenária de discussão onde todos os participantes se pronunciaram elencando os aspectos positivos, que se configuram como possibilidades, e os aspectos negativos, que são as limitações envolvidas no processo de formação da COM-VIDA no CETEP-Sisal. Os resultados desta plenária serão descritos em duas categorias com inserção de trechos de discursos dos participantes, identificados pela letra P e uma numeração.

3.1 Aspectos Positivos

A instituição vive um momento de dificuldade, pois, com a demissão dos vigilantes pelo governo estadual, houve um assalto a professores e alunos, o que causou uma desmotivação quanto ao comparecimento às aulas. Alguns participantes da reunião argumentaram que a implantação da COM-VIDA iria mobilizar a escola para uma ação motivadora.

“Estamos num momento confuso, de fragilidade, depois que tivemos a nossa escola invadida por assaltantes ficou essa onda de desmotivação. Acredito que se a gente faz relação com a comunidade as coisas melhoram. Esse momento de crise é o melhor momento.” – P01.

Foi destacado também que a mobilização que os alunos realizaram contra a violência na escola é um indicativo de que se devidamente motivados eles se engajam socialmente. Desta forma, o envolvimento dos alunos com as questões que se relacionam à dinâmica da escola é um ponto relevante. Isso pode ser observado no seguinte discurso:

“Observamos que depois da onda de violência os alunos se mobilizaram, foram às ruas, então isso mostra que eles se envolvem, participam. Vejo nessa Comissão uma oportunidade de dar uma identidade pra escola. O momento é aparentemente difícil, mas é uma boa oportunidade pra um engajamento de todos.” – P02

Uma situação ressaltada por todos os envolvidos na reunião foi a pouca expressividade do CETEP-Sisal na comunidade. Por ser uma instituição territorial, que reúne alunos de vários municípios, a escola não promove ações com a comunidade do entorno. Foi salientado que um aspecto positivo da implantação da COM-VIDA seria a efetivação de parceria com a comunidade local. Isso é destacado nas seguintes falas:

“A escola precisa ter parceria com a comunidade, ela está muito dos muros para dentro, precisa estar dos muros para fora.” – P03

“Fazer parceria com associação de moradores, eles são fortalecidos socialmente, tem estatuto. Ver ONGs também.” – P04

Uma questão bem discutida na plenária foi a importância que a Comissão teria para os projetos da instituição. Muitos projetos não têm apoio dos docentes, não têm um encaminhamento e poucos deles discutem os problemas socioambientais. Nesse momento começou-se a pensar nos possíveis projetos que tornarão a escola um espaço educador sustentável. Isso pode ser evidenciado nos seguintes discursos:

“A gente poderia ser um centro de coleta de resíduos pra comunidade, uma referência. Ai com a COM-VIDA a gente iria dar o destino a esse material.” – P01

“Acho que podemos ser um núcleo de formação para a questão dos resíduos e fazer parceria com associação de catadores.” – P05

“Podemos também fazer com os alunos do curso de Edificações um projeto de dimensionamento do telhado para captação de água da chuva.” – P06.

3.2 Aspectos Negativos

Durante a plenária de reunião foram sendo destacados também os aspectos negativos que se configuram como obstáculos à implantação da Comissão. A maioria dos participantes colocaram como um possível empecilho o envolvimento dos docentes. Estes têm carga horária de trabalho extensas e a grande maioria trabalha em outras instituições, tendo uma jornada cansativa. Os participantes concordaram com a seguinte declaração:

“Por que acho que poucos professores vão se envolver. Vão achar que será um trabalho, o engajamento é difícil.” – P01

A questão do engajamento por parte dos professores foi um tema muito discutido. O CETEP-Sisal é uma instituição de educação profissional e, como tal, conta com peculiaridades, como a constituição de um quadro docente de técnicos que encontram dificuldades em se envolver com os projetos, assim como a atenção e preocupação dos alunos em relação ao estágio, o que exige uma demanda de tempo. Foi argumentado que a COM-VIDA deve fazer parte da rotina pedagógica da instituição e não se constituir como um trabalho extra.

A disponibilidade de recurso financeiro e de pessoal para dar andamento às ações do projeto foi uma questão relevante discutida pelos participantes.

“A questão é que para um projeto como este nós precisaríamos de funcionários, de pessoas para dar andamento nas ações. E sabemos que a onda do governo agora é cortar gastos, diminuir pessoal.” – P07

Para uma escola se constituir enquanto um espaço sustentável são necessários alguns ajustes na edificação. De acordo com a Série Espaços Educadores Sustentáveis:

Um projeto arquitetônico voltado para a construção de espaços educadores sustentáveis baseia-se na integração entre o ambiente natural e o espaço físico, e pela criação de áreas construídas que estimulem a convivência e a cooperação entre as pessoas. Para isso, o projeto precisa prever o aproveitamento da topografia e da luz natural, enfatizar a eficiência energética, favorecer a acessibilidade. Integrando conhecimentos tecnológicos atuais com saberes tradicionalmente adotados, o edifício escolar sustentável busca soluções e materiais construtivos adaptados a cada local e de fácil aceitação pela comunidade. (BRASIL, 2004, p. 18).

No CETEP-Sisal existem alguns problemas de infraestrutura que não se ajustam ao perfil de um espaço educador sustentável. As salas precisam de ventilação e não são organizadas de acordo com a diversidade de atividades; algumas áreas da escola precisam ser estruturadas pra receber os alunos com necessidades especiais, pois faltam algumas rampas e corrimão; precisa-se de áreas verdes e a quadra está inadequada para realização das atividades físicas. Fazer as devidas mudanças no projeto arquitetônico da escola requer a utilização de recurso financeiro e as escolas públicas contam com um orçamento apertado. Ficou acordado em reunião que a solução é a busca de parcerias com a comunidade e setores econômicos locais.

Após a discussão sobre as possibilidades e obstáculos para a implantação da COM-VIDA concluiu-se a plenária com a definição de que a comunidade escolar junto com a comunidade externa iria se unir na busca

de soluções para os obstáculos apontados e que iriam ser encaminhados os passos para a implantação da Comissão.

Foi formado o núcleo mobilizador para organizar e divulgar a primeira reunião de implantação da COM-VIDA. O núcleo possui representante de pais, alunos, professores, gestores e comunidade. A divulgação da reunião será feita por meio de panfletos, cartazes e redes sociais. Este processo de mobilização se dará tanto na comunidade escolar quanto na comunidade externa por meio das seguintes organizações: associação de moradores, cooperativas, instituições religiosas e instituições de ensino.

O objetivo da formação da COM-VIDA é estimular que a escola compreenda os ideais de sustentabilidade e a importância deles para a transformação da sociedade e superação da crise socioambiental. Espera-se que a partir das ações articuladas pela Comissão o CETEP-Sisal torne-se um espaço educador sustentável, referência para outros espaços de coletividade

4. Conclusão

Os desafios ambientais enfrentados atualmente estão diretamente relacionados com as questões sociais. Desta forma, para buscar soluções viáveis para os impactos causados ao meio ambiente é preciso mudar a forma como os seres humanos se relacionam entre si e com a natureza. É necessária uma mudança de comportamento e de valores.

A educação é o caminho para mudanças significativas. Na escola as pessoas convivem, ensinam e aprendem. O conhecimento é compartilhado e as experiências de vida são socializadas. É o lugar ideal para que os princípios da sustentabilidade sejam vivenciados. Com base nessa premissa, foi proposta e aceita a revisão do Projeto Político Pedagógico do CETEP-Sisal para a inserção da temática da sustentabilidade. Este processo certamente trará mudanças significativas para a prática pedagógica da instituição.

Outro marco para a instituição foi a aceitação da proposta de formação da Comissão de Meio e Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) pelos membros do colegiado escolar. Após análise das possibilidades e discussão dos obstáculos foi ponderado que a comunidade escolar juntamente com a comunidade externa buscariam soluções para minimizar as dificuldades e tornar possível fazer do CETEP-Sisal um espaço educador sustentável.

5. Referências

BRASIL. **Formando COM-VIDA**. Ministério da Educação/Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf> , Acessado em Janeiro/2018. 2004.

BRASIL. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. 3 ed. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf. Acessado em Janeiro/2018. 2005.

BRASIL. **Programa Mais Educação Passo a Passo**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passopasso_maiseducacao.pdf. Acessado em janeiro/2018. 2011.

BRASIL. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis**: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.seduc.gov.br/documentos/nucleomeioambiente/material2013/caderno.pdf>. Acessado em

janeiro/2018. 2012.

Ciavatta, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: Frigoto, G.; Ciavatta, M.; Ramos, M. (Org.). (2005). **O ensino médio integrado: Concepção e contradições**. São Paulo: Cortez.

Dias, G.F.(1994). **Educação ambiental: princípios e práticas**.(4. Ed). São Paulo: Gaia.

Franco, T. (1996). **Serrinha: A colonização portuguesa numa cidade do sertão da Bahia**. Salvador: EGBA /Assembléia Legislativa do Estado.

Guimarães, M. (Org.). (2006). **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação**. Campinas, SP: Papirus.

Heidemann, I. B.S.; Boehs, A. E.; Wosny, A.M.; Stulp, K.P. (2010). Incorporação teórico-conceitual e metodológica do educador Paulo Freire na pesquisa.**Rev. bras. enferm.** [online], v, 63, n. 3, p. 416-420.

Jacobi, P. R.; Tristão, M; Franco, M. F. G. C. (2009). A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 63-79, jan./abr. 2009.

Machado, L.R. de S.(2010). Organização da educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 89-108, jan./jun.

Minayo, M. C. de S.(2004). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec.

Oliveira, S. L. de. (1997). **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira.

Penteado, T. C. Z.; Guzzo, R. S. L. (2010). Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. **Psicol. Soc.** [online], v. 22, n. 3, p. 569-577.

Santana, J. S. da S.; Nascimento, M. A. A. do (Org.). (2010). **Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade social**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana.

Sato, M. (2001) Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Revista Educação: Teoria e Prática**, v. 9, n. 16, p. 24-35, jan./jun.

Saviani, D. (1991). **Escola e Democracia**. 25 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Sorrentino, M. et al. (2005). Educação ambiental como política pública. **Educ. Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, Aug.